

As Interpretações do Brasil, o Impasse Burguês e o Preço da Capitulação Macroeconômica: Uma resenha do novo livro de Bresser-Pereira

Por José Luis Oreiro

SEP 09, 2026

Olá, caros leitores e assinantes do Substack.

Recentemente, tive a oportunidade de me debruçar sobre a mais nova e instigante obra do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, publicada neste ano de 2026, intitulada *Interpretações do Brasil* pela editora Contracorrente (BRESSER-PEREIRA, 2026). Trata-se de um esforço monumental de síntese e de crítica sobre o pensamento econômico e sociológico que tentou dar sentido à formação e aos percalços do desenvolvimento brasileiro.

A obra está dividida em quatro capítulos, distribuídos de forma desbalanceada, com a maior carga teórica concentrada no primeiro. Neste post, farei um relatório analítico e exaustivo das ideias contidas no livro, aproveitando para aprofundar algumas reflexões cruciais sobre o colapso do nacional-desenvolvimentismo, a ausência de uma força política que encampe o Novo-Desenvolvimentismo e a trágica trajetória da política econômica do PT, perfeitamente encarnada na figura de Fernando Haddad.

1. As Matrizes do Pensamento Brasileiro e o Novo-Desenvolvimentismo

No primeiro – e mais extenso – capítulo, Bresser-Pereira oferece aos leitores nove grandes interpretações sobre o Brasil. Para os propósitos da nossa discussão macroeconômica e estruturalista, destaco quatro vértices fundamentais abordados na obra:

A primeira interpretação remonta ao debate seminal entre a vocação agrária versus a vocação industrial do país. De um lado, a visão ortodoxa de Eugênio Gudín, que enxergava o Brasil como um país de vocação puramente agrária; do outro, a visão pujante de empresários como Roberto Simonsen e de estadistas como Getúlio Vargas, que compreendiam de forma clara que apenas a industrialização poderia superar o atraso econômico e garantir a soberania nacional.

A segunda interpretação é o próprio nacional-desenvolvimentismo, que ganhou contornos reais a partir da Revolução de 1930. Essa matriz baseava-se em uma aliança política clara: uma coalizão de classes envolvendo a nascente burguesia industrial, os trabalhadores urbanos e a burocracia estatal, projetada para derrotar a velha aliança entre a burguesia mercantil e as elites agrárias ligadas à exportação de produtos primários, implantando assim um Estado desenvolvimentista e independente.

A terceira interpretação surge com a Teoria da Dependência no rescaldo do golpe civil-militar de 1964. O fato novo do autoritarismo levou teóricos a acusarem os nacional-desenvolvimentistas de conluio com as forças da repressão, por acreditarem ingenuamente na existência de uma burguesia nacional disposta a fazer concessões aos trabalhadores em prol do desenvolvimento. Como Bresser aponta, essa teoria dividiu-se em duas vertentes:

* Na versão marxista (onde podemos enquadrar teóricos contemporâneos como Nildo Ouriques e a tese da Revolução Brasileira), o Brasil sempre teria sido capitalista, não havendo revolução alguma em 1930. O proletariado era submetido a uma superexploração para atender à demanda por mais-valia dos capitalistas estrangeiros somada à dos domésticos. O desenvolvimento, assim, seria impossível sob o capitalismo, requerendo uma revolução socialista (OURIQUES, 2014).

* Já na vertente da dependência associada, forjada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (CARDOSO; FALETTTO, 1970), decretou-se que o nacionalismo era um erro. Para eles, o Império (EUA) seria um hegemom benevolente, interessado no desenvolvimento do Brasil por intermédio dos investimentos das corporações multinacionais.

A quarta interpretação destacada é o nosso Novo-Desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2014). Nessa visão, buscamos explicar o trágico fracasso do desenvolvimento brasileiro devido à adesão subserviente aos princípios do Consenso de Washington. Isso levou ao fim das políticas de neutralização da doença holandesa e à adoção do modelo de crescimento com poupança externa, fazendo o país cair na armadilha juros-câmbio que culminou na desindustrialização precoce do Brasil.

2. A Revolução Incompleta e a Miscigenação Burguesa

No segundo capítulo, a obra explora o caráter incompleto da Revolução Brasileira. Sim, o Brasil tornou-se um país capitalista, mas fracassou em completar a sua revolução nacional. O diagnóstico de Bresser-Pereira é cirúrgico: a nossa burguesia sofre de um complexo de submissão à cultura e ao modo de vida da burguesia norte-americana e europeia. A isso se soma o seu profundo caráter racista: embora inserida num país etnicamente mestiço, essa burguesia se acha branca e, por isso, superior ao resto do povo.

Isso nos leva à chave para entender o fracasso do nacional-desenvolvimentismo. A coalizão de 1930 ruiu devido a um processo de "miscigenação" de classes no topo da pirâmide. A burguesia industrial, originada majoritariamente dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no final do século XIX, acumulou capital, mas não assumiu o papel de uma classe transformadora e soberana. Com o tempo, essa elite industrial fundiu-se econômica e socialmente com a velha burguesia mercantil e agrária do período pré-Vargas.

O resultado dessa amálgama foi letal para a indústria nacional: em vez de liderarem o *catching-up* tecnológico e lutarem por juros baixos e câmbio competitivo, essas famílias optaram por se tornar rentistas. Descobriram que era muito mais lucrativo e seguro alocar sua riqueza na ciranda financeira da dívida pública do que enfrentar os riscos da fronteira produtiva. A burguesia nacional, na prática, suicidou-se como força industrial para renascer como elite financeira.

3. O Imperialismo e a Guinada Neoliberal da USP

Nos terceiro e quarto capítulos (este último, o mais curto), Bresser analisa o debate sobre o Imperialismo no Brasil, opondo o ISEB à Escola de Sociologia de São Paulo (USP), esta muito ligada à teoria da dependência associada. Bresser discute de forma brilhante como essa mesma escola uspiana, liderada por FHC, abandonou as vestes da dependência nos anos 1990 e abraçou escancaradamente o receituário neoliberal, tornando-se a base ideológica da financeirização que destruiu a nossa matriz produtiva.

4. A Orfandade Política do Novo-Desenvolvimentismo e o Papel do PT

Diante desse diagnóstico que o Novo-Desenvolvimentismo oferece para a estagnação brasileira, surge a indagação: por que essa escola não se consolida como força política no Brasil? E qual o papel de Lula e do PT nisso?

A resposta é incômoda. O Novo-Desenvolvimentismo exige o enfrentamento direto contra o capital financeiro e o rentismo que parasita o Estado. Exige a queda drástica dos juros e a administração austera do câmbio para restaurar a lucratividade da indústria.

O PT, no entanto, optou por uma estratégia permanente de "conciliação de classes". Lula governa aceitando a macroeconomia do Consenso de Washington: atende a base da pirâmide com políticas compensatórias e aumento de renda (o que é meritório), mas garante ao topo da pirâmide (os rentistas) o grosso da transferência de riqueza via juros altos e estabilidade cambial artificial que esmaga a indústria. O PT abdicou de um projeto de transformação estrutural para ser o gestor "com face humana" de um modelo macroeconômico neoliberal. Por isso o Novo-Desenvolvimentismo não encontra guarida política: suas ideias demandam ruptura com a hegemonia da Faria Lima, algo que o PT se recusa a fazer.

5. Fernando Haddad: O Novo Neoliberal da USP e o Preço da Capitulação

Isso nos conduz diretamente à figura de Fernando Haddad. Sendo um acadêmico forjado exatamente na mesma Escola de Sociologia da USP que Bresser critica, seria Haddad também um representante do estereótipo neoliberal?

A resposta, baseada na sua práxis durante o período em que esteve à frente do Ministério da Fazenda, é indubitavelmente afirmativa. Haddad encarnou com perfeição o "neoliberalismo progressista". O seu famigerado "Novo Arcabouço Fiscal" foi apenas uma roupagem mais sofisticada para as velhas políticas de austeridade, engessando o investimento público em nome da perseguição obsessiva ao déficit zero. Enquanto ministro, Haddad atuou como fiador do rentismo, acatando docilmente as taxas de juros escorchantes sem propor nenhuma alteração estrutural.

Hoje, Haddad já não é ministro da Fazenda. Lançado como candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo PT, amarga escassas chances de vitória. E esse isolamento eleitoral não é acidente. Ao adotar a cartilha da ortodoxia para tentar agradar ao mercado, ele ajudou a asfixiar o crescimento econômico e alienou a base trabalhadora, sem jamais conquistar a confiança da elite financeira que tanto adulou.

Assim como FHC fez a transição da dependência para o neoliberalismo nos anos 1990, Haddad representou a consolidação da rendição do PT aos ditames do mercado financeiro. O seu provável fracasso nas urnas paulistas é o atestado histórico de que tentar conciliar os interesses de uma burguesia rentista e racista com as necessidades de desenvolvimento do país é uma ilusão que, invariavelmente, cobra um preço altíssimo.

A obra de Bresser-Pereira é um grito de lucidez. O Brasil só deixará de ser o país do futuro que nunca chega quando decidirmos enfrentar, politicamente, a nossa própria elite.

Um abraço, e até o próximo post.

Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, L. C. Interpretações do Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2026.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy. London: Routledge, 2014.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

OURIQUES, N. O Colapso do Figurino Francês: Crítica às Ciências Sociais no Brasil. Florianópolis: Insular, 2014.